



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL (CNR)
Ata da 30ª reunião, realizada em 12 de dezembro de 2025

1 Em 12 de dezembro de 2025, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa e Recursal (CNR) do Conselho
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio
3 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros
4 titulares e suplentes: a presidente suplente Wanderlene Ferreira Nacif, representante da SEMAD; Representantes
5 do Estado: Lorena Gonçalves Brito, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa);
6 Victor Augusto Gomes Prosdociimi, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Marcelo
7 Bahia Cantella, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Vitor Takahashi Rosa, da Secretaria de Estado de
8 Governo (Segov); Lucas Silva e Greco, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). Representantes
9 dos municípios: Jhonata Soares Coelho, da Prefeitura de Mantena; Gustavo Alvarenga Rodrigues, da Prefeitura de
10 Lavras; Géssica Pereira Santana, da Prefeitura de Taiobeiras; Representantes dos usuários de recursos hídricos:
11 Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Renato Junio Constâncio, da
12 Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Henrique Damásio Soares, da Federação da Agricultura e
13 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Danielle Maciel Ladeia Wanderley, da Federação das Indústrias do
14 Estado de Minas Gerais (Fiemg); Heloísa Cristina França Cavallieri, do Serviço Autônomo de Saneamento Básico
15 (SAAE) de Itabirito. Representantes da sociedade civil: Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto
16 Heleno Maia de Proteção à Biodiversidade (IHMBio); Fábio Croso Soares, da Associação para Proteção Ambiental
17 do Vale do Mutuca (Promutuca); Décio Antônio Chaves Beato, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas -
18 Núcleo Minas Gerais (Abas/MG); Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Roberto
19 César de Almeida Monte-Mor, da Universidade Federal de Itajubá (Unifei). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.**
20 Verificado o quórum regimental, a presidente suplente Wanderlene Ferreira Nacif declarou aberta a 30ª reunião
21 da Câmara Normativa e Recursal. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
22 Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Gustavo Alvarenga Rodrigues/Prefeitura de
23 Lavras: “Ocorreu essa peculiaridade com relação à greve. É um comunicado relacionando a greve, também um
24 comentário do conselheiro Mageste há duas pautas atrás. Que foi importante nessa greve a colocação sobre a
25 utilização de funcionários de carreira. Eu queria comentar isso, achei oportuno tocar nesse assunto agora em
26 Comunicados, porque o conselheiro Mageste também tocou nesse ponto há duas pautas atrás, e eu não pude
27 votar com ele porque meu voto é institucional. Não posso votar com vontade pessoal. Foi colocada na greve a
28 utilização de funcionários de carreira. E eu aproveito para colaborar da seguinte forma: a gestão hídrica vai ter
29 uma transformação, senhora presidente, quando as diretrizes do MOP e dos planos diretores regionais entrarem
30 nos planos municipais. E para isso é importante que a gente utilize os funcionários de carreira municipais como
31 conselheiros do Comitê. E o conselheiro Mageste foi muito feliz na colocação dele. Inclusive na sala de situação,
32 orçamento da sala de situação, ele tocou nesse assunto também. Porque essa situação de colocar funcionários
33 de carreira nos municípios daria um alcance melhor à gestão hídrica, teria um quórum melhor de gestões locais.
34 Então a gestão hídrica são tópicos de médio e longo prazo. Existem ações imediatas, sim, existem, mas
35 geralmente é de médio e longo prazo. E a opção de inserir funcionários de carreira como representantes locais,
36 poderíamos ter um ganho realmente significativo. E só para concluir a Agência Nacional de Águas já trabalha com
37 o quadro de funcionários de carreira, o Estado também, funcionários de carreira, e somente os municípios que
38 estão optando, já há um bom tempo, por funcionários contratados, cargos políticos. Que na eleição municipal
39 esvazia o quórum, esvazia o segmento. E a experiência que tivemos aqui no GD2, antes da unificação, é que nós
40 fizemos um mailing para vários municípios, nós tivemos uma boa adesão, só que eram funcionários contratados,
41 que na eleição evadiram-se do Comitê. Então fica a minha colocação de corroborar com a fala do conselheiro
42 Mageste, há duas pautas atrás, com as colocações da greve que ocorreu recentemente. E fica esse registro.” **4)**
43 **COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve manifestações. **5) EXAME DA ATA DA 29ª REUNIÃO.**
44 Aprovada por unanimidade a ata da 29ª reunião da Câmara Normativa e Recursal, realizada em 14 de novembro

de 2025. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE, Segov, MPMG, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Taiobeiras, Faeng, Fiemg, SAAE de Itabirito, Promutuca, Abas, UFU e Unifei. Abstenções: Cemig e Copasa. Ausências: Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Nova Era e IHMBio. Justificativas de abstenções. Os conselheiros Renato Junio Constâncio, representante da Cemig, e Nelson Cunha Guimarães, da Copasa, justificaram abstenção de voto por não terem participado da reunião anterior. **6) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH/MG PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 6.1) Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que dispõe sobre a suspensão e revogação de outorgas de direito de uso de recursos hídricos em função do não-pagamento da cobrança pela utilização dos recursos hídricos. Responsável: Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (DGAS/IGAM).** Minuta de Deliberação Normativa retirada de pauta com pedido de vista da Faeng e vista conjunta solicitada pela Fiemg. Justificativas. Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faeng: “De forma respeitosa, eu peço vista com o fundamento de que, embora avancemos na norma, que já está sendo muito debatida, com um diálogo técnico e jurídico muito profícuo aqui com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas, porém, devido à complexidade e o impacto ao setor que eu represento, eu justifico o pedido de vista.” Conselheira Danielle Maciel Ladeia Wanderley/Fiemg: “Eu também gostaria de pedir vista desta DN, em razão de verificar algumas questões que foram inseridas no texto e das quais eu preciso ainda ter maior estudo.” **7) PROPOSTA DE AGENDA DAS REUNIÕES DA CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL PARA O ANO DE 2026. Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).** Aprovado por unanimidade o calendário de reuniões da Câmara Normativa e Recursal para 2026, conforme proposta apresentada pela SEMAD. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE, Segov, MPMG, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Taiobeiras, Cemig, Copasa, Faeng, Fiemg, SAAE de Itabirito, Promutuca, Abas, UFU e Unifei. Ausências: Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Nova Era e IHMBio. **8) ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Gustavo Alvarenga Rodrigues/Prefeitura de Lavras: “Com relação ao tratamento de uma bacia hidrográfica. Nós estamos aqui na cabeceira do rio Grande, o nosso Comitê é o GD1/GD2, unificado, o Nascentes do Rio Grande. A nossa colocação é que tratar a bacia de montante para jusante, da nascente para a foz, poderia ser mais efetivo, porque os volumes aqui na cabeceira são menores e a água tratada escoa, melhorando a capacidade de dissolução toda a área a jusante. Ou seja, se nós aqui em cima conseguimos tratar um volume maior de água tratada, nós podemos aumentar a capacidade de dissolução a jusante. Então nós estamos na cabeceira e notamos que, como somos 65 municípios, podemos realmente melhorar com relação ao saneamento, melhorar a água que vamos deixar para as Circunscrições a jusante. E esse item ‘capacidade de dissolução’ é muito pouco colocado nas pautas. Pelo menos aqui em cima, é um item muito pouco falado. E talvez sejam superestimadas as propriedades de dissolução da água. Existem substâncias que em pequenas quantidades contaminam grandes volumes, e se você aumentar o percentual de soluto em um solvente escasso você vai criar uma solução saturada. Então o aumento de soluto no solvente escasso, a gente cria uma solução saturada, o que dificulta o trabalho das concessionárias. Então fica o registro de a gente tratar de montante para jusante para aumentar a capacidade de dissolução.” **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Wanderlene Ferreira Nacif agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

—
Wanderlene Ferreira Nacif
Presidente suplente da Câmara Normativa e Recursal